

A CONTROVÉRSIA CLARK-VAN TIL

Herman Hoeksema

Nota do editor: Em 1943, o Dr. Gordon H. Clark, que se tornou o maior filósofo cristão do século vinte, buscou a ordenação na Igreja Presbiteriana Ortodoxa (OPC – Orthodox Presbyterian Church), uma pequena denominação com quase sete anos de existência.

O Dr. Clark recebeu oposição imediata da faculdade do Seminário Teológico de Westminster, liderada pelo Professor Cornelius Van Til. A despeito da zelosa oposição deles, o Dr. Clark foi ordenado pela OPC.

Mas a controvérsia tinha apenas começado. Em 1944 a faculdade do Seminário de Westminster tentou remover o Dr. Clark do ofício, não lançando acusações contra ele, mas argumentado que o procedimento que a OPC usou para ordená-lo foi irregular. Eles estavam lutando, não meramente para impedir que o Dr. Clark ganhasse influência na denominação, mas para reter o controle deles do Seminário também.

A controvérsia que se seguiu levantou alguns dos assuntos doutrinários mais importantes, assuntos que ainda permanecem ressoando por todas as igrejas Americanas: O que significa dizer que Deus é “incompreensível”? Deus é emotivo? A Escritura é uma revelação proposicional? O homem pode conhecer a mesma verdade que Deus conhece? O que é fundamental: a mente do homem ou as suas emoções? Se Deus é onipotente e soberano, como o homem pode ser considerado como responsável por suas ações?

Herman Hoeksema, fundador das Igrejas Protestantes Reformadas, entendeu o significado da controvérsia e escreveu uma série de editoriais incisivos na revista daquela denominação, “The Standard Bearer”. Ele argumentou que o irracionalismo da faculdade de Westminster disfarçou suas doutrinas arminianas, as quais eles insistiram ser “verdadeiramente Reformadas”. Esse livro é uma coletânea desses editoriais.

1. Introdução: O Texto de uma Reclamação

O exposto acima é o título de um longo protesto impresso por alguns membros da Igreja Ortodoxa Presbiteriana “contra ações do Presbitério da Filadélfia na questão da licenciatura e ordenação do Dr. Gordon H. Clark”.

Eu tinha lido sobre a controvérsia envolvida no *The Presbyterian Guardian* [O Guardiã Presbiteriano], mas eu não tinha visto o texto completo desse protesto. Um amigo foi muito gentil ao me enviar o mesmo, pelo que lhe ofereço meus sinceros agradecimentos.

Parece que em 7 de Julho de 1944, deu-se uma reunião especial do Presbitério da Filadélfia, com o propósito de examinar um certo Dr. Gordon H. Clark com o objetivo de sua licenciatura e ordenação ao ministério. Contra o fato de que essa reunião foi convocada, bem como contra seus precedentes e decisões, o protesto ou “Reclamação” é direcionado. Ele foi assinado por doze pessoas, entre as quais estão os nomes de alguns bem conhecidos entre nós: R. B. Kuiper, C. Van Til, e N. B. Stonehouse. A primeira parte da *Reclamação* diz respeito à convocação dessa reunião especial. Os protestantes mantêm que a reunião foi convocada

ilegalmente, e concluem essa parte do seu protesto com o “pedido de que a reunião do Presbitério da Filadélfia em 7 de Julho de 1944 foi considerada como ilegalmente reunida e que seus atos e decisões e os atos e decisões decididos a partir dela devem ser declarados como nulos e anulados” (2).

O resto do protesto, seu corpo principal, é dividido em quatro partes, conforme ela descobre quatro erros sérios nas concepções teológicas do Dr. Clark — erros que se tornaram manifestos, de acordo com os reclamantes, na examinação do Dr. Clark pelo Presbitério, e, a despeito do fato supracitado, o Presbitério decidiu licenciá-lo e proceder em sua ordenação.

A primeira parte trata com as alegadas visões errôneas do Dr. Clark com respeito à incompreensibilidade e cognoscibilidade de Deus (2-6).

A segunda parte diz respeito às “visões [do Dr. Clark] da relação da faculdade do conhecimento, a faculdade intelectual, com outras faculdades da alma” (6-10).

A terceira parte acusa o Dr. Clark de manter “que a relação da soberania divina e a responsabilidade humana entre si não apresenta nenhuma dificuldade para o seu pensamento e que as duas são facilmente reconciliáveis diante do tribunal da razão humana” (10-13).

A quarta parte é uma elaboração sobre a declaração de que “no curso da examinação do Dr. Clark, tornou-se abundantemente claro que seu racionalismo o impede de fazer justiça ao ensino preciso da Escritura de que no Evangelho Deus oferece sinceramente salvação em Cristo a todos os que ouvem, réprobos bem como eleitos, e que ele não tem prazer em que alguém rejeite essa oferta, mas pelo contrário, deseja que todos aceitem-na e sejam salvos (13-15).

Especialmente em vista do último erro alegado do Dr. Clark, o leitor pode facilmente entender que estamos especialmente interessados nessa controvérsia, e que não podemos nos refrear de fazer umas poucas considerações sobre essa *Reclamação*...

7. Racionalismo

A terceira acusação que os reclamantes trazem contra o Dr. Clark é realmente dupla: De acordo com eles, ele é um racionalista e um antinomiano.

A acusação de racionalismo é baseada sobre a alegação de que o Dr. Clark tenta resolver problemas, paradoxos e contradições, particularmente o problema da relação entre a soberania divina e a responsabilidade humana. Qualquer um que fizer uma tentativa de solucionar esse problema, que tentar harmonizar essas duas doutrinas, que reivindicar que essa solução é possível — e especialmente que está pronto para oferecer sua solução a esse problema — é, de acordo com os reclamantes, um racionalista. Citamos a partir da *Reclamação*:

O Dr. Clark afirma que a relação da soberania divina e a responsabilidade humana entre si não apresenta nenhuma dificuldade para o seu pensamento e que as duas são facilmente reconciliáveis diante do tribunal da razão humana. Ele expressa surpresa que tantos teólogos encontrem uma dificuldade insuperável aqui [10].

Os reclamantes então fazem diversas citações a partir de escritores reformados para mostrar que, por teólogos de boa credibilidade, o problema tem sido sempre considerado como insolúvel. Ele apresenta uma aparente contradição que não somos capazes de harmonizar. Ambas [as verdades] devem ser confessadas — que Deus é absolutamente soberano e que o homem é responsável. Mas como elas devem ser harmonizadas está além do entendimento da mente humana. Assim, eles citam Berkhof, Calvino, Vos, A. A. Hodge e Abraham Kuyper. E então os reclamantes continuam:

Aqui está então uma situação que é inadequadamente descrita como impressionante. Há um problema que tem desnortado os maiores teólogos na história. Nem mesmo a Sagrada Escritura oferece uma solução. Mas o Dr. Clark afirma desavergonhadamente que para o seu pensamento o problema cessou de ser um problema. Aqui está algo fenomenal. Quais são as satisfações dadas para isso? A mais caridosa, e sem dúvida a correta, explicação é que o Dr. Clark encontra-se sob o encanto do racionalismo. É difícil, de fato, escapar da conclusão que, por sua recusa em permitir que o ensino escriturístico da soberania divina e o ensino escriturístico da responsabilidade humana permaneçam lado a lado, e por sua reivindicação de que ele tem reconciliado-os plenamente entre si diante do tribunal da razão humana, o Dr. Clark caiu no erro do racionalismo. Sem dúvida, ele não é um racionalista no sentido dele substituir a revelação divina pelo raciocínio humano. Mas, para não mencionar a sua descoberta da solução para o problema da relação entre si da soberania divina e da responsabilidade humana no ensino de filósofos pagãos que eram totalmente ignorantes do ensino da Sagrada Escritura sobre qualquer um desses assuntos, é claro que o Dr. Clark considera a Escritura a partir do ponto de vista de um sistema no qual ela deve ser harmoniosa para a mente do homem em todas as suas partes. O resultado inevitável é o racionalismo na interpretação da Escritura. E isso também é racionalismo. Embora o Dr. Clark não reivindique possuir no presente momento a solução para todo paradoxo espiritual, todavia, seu racionalismo deixa espaço para apenas uma sujeição temporária da razão humana à Palavra divina... [12].

O que diremos sobre essa acusação de racionalismo? Em primeiro lugar, podemos notar que ela é uma acusação antiga. Não há nada original nas descobertas dos reclamantes. Eles usam a linguagem dos líderes da Igreja Cristã Reformada desde aproximadamente 1922-1924. Desses, eles, sem dúvida, aprenderam a usar a linguagem teológica deles. Pessoalmente, estamos muito familiarizados com a acusação que eles estão agora trazendo contra o Dr. Clark.

Mas o que dizer da acusação em si?

Os reclamantes falam de uma “situação que é inadequadamente descrita como impressionante”, e de “algo fenomenal”. Devo confessar que essas palavras expressam exatamente o meu sentido quando leio essa parte da *Reclamação*. Há aqui, de fato, algo que é mais do que *impressionante*, que é realmente inacreditável, que pode ser talvez quase catalogado como outro paradoxo: o fenômeno de que os teólogos acusam um irmão teólogo de heresia porque ele tenta resolver problemas!

Pois, note bem, é exatamente isso que esses reclamantes fazem nessa parte da *Reclamação*. Eles simplesmente o acusam de tentar encontrar uma solução, de reivindicar ter encontrado uma solução. Quer o Dr. Clark tenha realmente sido bem sucedido ou não na descoberta de uma solução para o problema da soberania de Deus em relação à responsabilidade do homem, não está em questão de forma alguma. Se sua solução está correta ou errada não tem nada a ver com essa parte da *Reclamação*. O mero fato de que o Dr. Clark tenta harmonizar coisas o torna um herege, um racionalista. Outros teólogos têm sempre reivindicado que o problema não é capaz de solução; os próprios reclamantes insistem que no problema da soberania de Deus e a responsabilidade do homem enfrentamos um paradoxo, uma contradição até onde podemos ver: Isso deveria ser suficiente para advertir o Dr. Clark contra a tentativa de procurar uma solução. Que ele, contudo, fez tal tentativa, mostra que ele é um herege, um racionalista.

Isso, me parece, é todo o argumento dos reclamantes. E isso é algo que, para minha mente, a palavra impressionante é inadequada para descrever. Mas o que dizer sobre a acusação de racionalismo? É realmente racionalismo fazer a tentativa de trazer a Escritura em harmonia consigo mesma? Os reclamantes mantêm que sim:

O Dr. Clark considera a Escritura a partir do ponto de vista de um sistema no qual ela deve ser harmoniosa para a mente do homem em todas as suas partes. O resultado inevitável é racionalismo na interpretação da Escritura. E isso também é racionalismo.

A linguagem dos reclamantes é de certa forma ambígua aqui, quer a ambigüidade seja intencional ou acidental. As palavras podem transmitir a impressão de que o Dr. Clark começa com um sistema de pensamento, não derivado das Escrituras, e que agora ele procede para explicar a Escritura de uma forma que suporte esse sistema filosófico pré-concebido. E isso seria, de fato, racionalismo. A Escritura então seria distorcida para se ajustar ao sistema do Dr. Clark. Mas os reclamantes não o acusam abertamente disso. As palavras podem significar também que, de acordo com a visão do Dr. Clark, há na revelação da própria Palavra de Deus um sistema de verdade harmonioso, o qual, por exegese cuidadosa, comparando Escritura com Escritura, o teólogo tenta desenvolver e formular. E isso parece ser a verdade. No mínimo, *A Resposta* tenta interpretar a tentativa do Dr. Clark de harmonizar a soberania divina e a responsabilidade humana dessa forma. Citamos: “É pertinente observar que o Dr. Clark, ao invés de se aproximar desses problemas sobre uma base racionalista, alcança sua conclusão a partir de uma exegese da Escritura” (37). E novamente:

Depois, a tentativa de encontrar por um estudo mais profundo da Escritura a solução de paradoxos — um uso de exegese que os reclamantes chamam de racionalismo — é, aos olhos dos reclamantes, incompatível com a sujeição da razão humana à Palavra divina... Em outras palavras, um homem que tenta entender o que Deus lhe revelou não pode ser submisso à revelação, e quanto mais ele entenda, menos ele é submisso; provavelmente quanto menos ele entenda, mais submisso ele é; de forma que o homem realmente obediente e devoto deve ser completamente ignorante. Por qual direito os reclamantes implicam que a tentativa de entender a Escritura é inconsistente com a crença na Escritura? [37].

Podemos entender, portanto, que a tentativa de harmonizar a Escritura com ela mesma, segundo os reclamantes, é estigmatizada como racionalismo.

Isso nós negamos absolutamente.

Que os reclamantes provem a alegação deles. Eles não fazem isso. Eles nem mesmo fazem uma tentativa de provar essa acusação de racionalismo. A *Resposta* reduz a alegação dos reclamantes, de certa forma ironicamente, ao absurdo, mostrando que no final das contas ela leva à conclusão de que “o homem realmente obediente e devoto deve ser completamente ignorante”.

Mas se a alegação dos reclamantes é verdadeira, segue-se certamente que toda teologia, e especialmente toda dogmática, é racionalista, pois ela procede a partir da suposição que a verdade revelada na Bíblia pode ser formulada num sistema lógico.

Nenhum teólogo jamais procedeu a partir da suposição dos reclamantes. Dogmática é um sistema de verdade extraído a partir da Escritura. E a exegese sempre aplica a regra da *regula Scripturae*, que significa que durante toda a Bíblia corre uma linha consistente de pensamento à luz da qual as passagens mais obscuras e difíceis devem ser interpretadas. Os reclamantes negam virtualmente isso, pelo menos, e que, também, antes do que arbitrariamente, com relação ao problema da soberania de Deus e responsabilidade do homem.

Quem não sabe que teólogos reformados sempre têm interpretado aquelas passagens da Escritura — que à primeira vista parecem estar em favor da visão arminiana — à luz do ensino corrente da Sagrada Escritura de que a salvação é do Senhor, que a graça é soberana, que a expiação é particular, e que o homem não é livre para fazer o bem? De acordo com a alegação dos reclamantes, isso é racionalismo.

Os reclamantes simplesmente percorrem um recente passatempo Cristão Reformado.

Quanto às “contradições”, mantenho que não há tais coisas na revelação de Deus na Escritura, pela simples razão de que a Escritura nos ensina por toda a parte que Deus é Um, e que ele não pode negar a si mesmo. Sua revelação, também, é uma, e ela não se contradiz.

Não, os reclamantes diriam, não há contradições *reais*, mas há, contudo, contradições *aparentes* na Bíblia, e devemos deixá-las severamente sozinhas, sem nem mesmo fazer uma tentativa de solução. Devemos simples e humildemente aceitá-las.

Eu nego de maneira muito positiva tudo isso.

Por contradições *aparentes* os reclamantes querem dizer proposições ou verdades que para a mente humana, e de acordo com a lógica humana, são contraditórias. Eu nego que haja tais proposições na Bíblia. Se houvesse, elas não poderiam ser o objeto de nossa fé. É absurdo dizer que devemos crer humildemente no que é contraditório. Isso é simplesmente impossível. Os próprios reclamantes não podem crer em contradições. Contradições são proposições que se excluem mutuamente, de forma que uma nega a verdade da outra. Os princípios das contradições são: 1. Que uma coisa não pode ao mesmo tempo ser e não ser. 2. Que uma coisa deve ser ou não ser. 3. Que a mesma propriedade não pode ser afirmada e negada ao mesmo tempo do mesmo sujeito. A é A. A é Não-A. Tudo é A ou Não-A.

Eu desafio qualquer um a apontar que há proposições na Bíblia que violem esses princípios fundamentais da lógica. Eu desafio qualquer um a provar que é possível para o

crente aceitar tais contradições, ou que é humildade cristã reivindicar tal fé. Talvez possa ser digno o esforço de aplicar essas declarações ao problema da soberania de Deus e da responsabilidade do homem. Mas isso deve esperar até o próximo assunto.

8. Soberania e Responsabilidade

A questão não é se há uma contradição real ou aparente envolvida na verdade da soberania de Deus e a responsabilidade do homem.

Coloquemos ambas as verdades na forma proposicional:

1. Deus é absolutamente soberano, de forma que ele determina até mesmo os atos morais do homem, tanto bons como maus.

2. O homem é responsável diante de Deus por todos os seus atos morais.

Agora, a questão não é se há um problema aqui. Pode muito bem ser que não possamos responder a pergunta de como Deus é capaz de determina os feitos do homem sem destruir a responsabilidade do homem. Que ele é capaz de assim o fazer é claramente afirmado pelas duas proposições acima. Mas quer possamos entender ou não, essa operação do Deus soberano sobre o homem não está em questão. A única questão é se as duas proposições concernentes à soberania de Deus e à responsabilidade do homem são contraditórias. Isso negamos. De fato, elas não podem possivelmente ser, pela simples razão de que elas afirmam algo sobre dois sujeitos completamente diferentes.

Elas seriam contraditórias se a primeira proposição negasse o que é afirmado na segunda. Mas isso não é verdade. A primeira proposição afirma algo sobre Deus: Ele é absolutamente soberano e determina os atos dos homens. A segunda proposição predica algo sobre o homem: Ele é responsável por seus atos morais. A primeira proposição nega que o homem seja responsável? Se sim, você tem uma contradição aqui. Mas ela não nega. Aqueles que descobrem uma contradição aqui — geralmente os inimigos da verdade da soberania de Deus — tomam como certo que afirmar que Deus é soberano, mesmo sobre os atos do homem, é o mesmo que dizer que o homem não é responsável. Deve ser apontado, contudo, que isso não é nem expresso nem implicado na primeira proposição. Em nenhuma das duas proposições a responsabilidade é afirmada e negada ao mesmo tempo com relação ao homem.

As duas proposições, certamente, também seriam contraditórias se a segunda negasse o que é afirmado na primeira. Nesse caso, a soberania mesmo sobre os atos do homem seria tanto afirmada quanto negada a Deus. Mas isso também não é nem expresso nem implicado nas duas proposições, a menos que possa ser mostrado conclusivamente que dizer que o homem é responsável é o mesmo que declarar que Deus não é soberano sobre seus atos morais. E isso nunca foi demonstrado, nem é auto-evidente.

Se elas fossem realmente contraditórias, ambas não poderiam ser os objetos da fé cristã. Poderíamos apenas concluir que uma ou outra não seria verdadeira.

Agora, contudo, visto que elas não envolvem nenhuma contradição, e visto que ambas são claramente reveladas na Escritura, aceitamos ambas, quer possamos ou não combiná-las num único conceito. E a tentativa de assim o fazer, de resolver o problema, deve ser considerada louvável... Enquanto a tentativa da parte do Dr. Clark para resolver esse problema

é rotulada como *racionalismo*, a solução que ele oferece é caracterizada como *antinomianismo*. Citamos a partir da *Reclamação*:

A história da doutrina nos diz que a visão sob discussão está longe de ser inocente. A asserção de que a soberania divina e a responsabilidade humana são logicamente reconciliáveis tem sido sustentada por duas escolas de pensamento, ambas reivindicando serem Reformadas, mas nenhuma delas foi reconhecida como Reformada pelas igrejas Reformadas. Uma dessas escolhas é o Arminianismo. Ele pretende sustentar a soberania divina e a responsabilidade humana, especialmente a última, mas em sua tentativa racionalista de harmonizar as duas, ele faz grande violência à primeira. A outra escolha é o Antinomismo. Ele pretende sustentar tanto a soberania divina como a responsabilidade humana, especialmente a primeira, mas em sua tentativa racionalista de harmonizar as duas, ele faz grande violência à última... Aqui a atenção deve ser chamada para o seu [de Clark] tratamento da responsabilidade humana no artigo “Determinismo e Responsabilidade”.¹ Os teólogos reformados geralmente são excessivamente prudentes quando discutem a relação do decreto divino e a providência divina para com o pecado do homem. Há uma razão excelente para o cuidado deles. Eles são zelosos em manter a santidade de Deus bem como sua soberania, não em detratação, como os antiomianos, da responsabilidade humana. Mas o Dr. Clark diz ousadamente: “A visão aqui proposta faz de Deus o Autor do pecado? Por que os teólogos eruditos que formularam os vários credos permitem de uma maneira tão uniforme que tal expressão metafórica obscureça o assunto é surpreendente. Essa visão certamente faz de Deus a Causa Primeira e Última de todas as coisas. Mas uma leve reflexão sobre a definição de responsabilidade e sua implicação de uma autoridade superior, mostra que Deus não é responsável pelo pecado” (22). É significativo que o Dr. Clark não é cuidadoso em dizer, como tantos teólogos reformados o são, que Deus não é a causa eficiente do pecado (e.g., Berkhof, *Systematic Theology*, p. 108) [12].

E no final dessa parte da *Reclamação*, os reclamantes concluem que o racionalismo do Dr. Clark resultou em seu abandono da doutrina Reformada histórica da responsabilidade humana. Em sua tentativa de reconciliar pela razão humana a soberania divina e a responsabilidade humana, ele fez violência decidida à última [13]. O Dr. Clark, portanto, é um racionalista antinomiano, de acordo com os reclamantes. Sua recusa em aceitar contradições o torna um “unilateral”.

Não há nada original nessa acusação.

Tem se tornado muito habitual nos anos recentes — especialmente desde que o Sínodo Cristão Reformado de 1924 — explicar todas as formas de heresias como tentativas racionalistas de solucionar contradições, resultando em unilateralidade. Isso torna muito fácil classificar alguém que procuramos expor como um herege! Você pode selecionar quase qualquer classificação que desejar. Assim, e.g., o abaixo assinado tem sido rotulado de um anabatista, um antinomiano, um arminiano, um barthiano, etc.

Os reclamantes adotam a mesma política.

¹ Veja *The Trinity Review*, January 1991.

O Arminianismo, dizem eles, é o resultado de uma tentativa racionalista de reconciliar a soberania de Deus e a responsabilidade humana. Assim o é também o Antinomianismo. Ambos se tornam unilaterais em sua tentativa. Assim, o Dr. Clark tenta solucionar o mesmo problema com o mesmo resultado da unilateralidade para o lado antinomiano. Por conseguinte, ele é um antinomiano.

Mas isso tudo é verdade? Ou é meramente uma tentativa — uma tentativa puramente racionalista também — da parte dos reclamantes de encontrar um nome herético para o Dr. Clark? O Arminianismo é realmente o resultado de uma tentativa de “sustentar tanto a soberania divina como a responsabilidade humana”, como os reclamantes reivindicam? Ele não é desde o começo a própria tentativa de negar e desprovar a doutrina da predestinação absoluta e da soberania de Deus com relação à liberdade do homem? E o Antinomianismo deve ser explicado como uma tentativa de solucionar o problema da soberania de Deus e a responsabilidade humana? Qualquer pessoa que está de alguma forma ciente dos fatos, sabe mais do que isso. Ele [o Antinomianismo] está preocupado com a relação da justificação e as boas obras e rejeita a lei moral como obrigação para os cristãos. É verdade que muitos deles também foram fortes em sua ênfase sobre a predestinação, mas essa ênfase era especialmente aplicada à visão deles da justificação do eleito. Mas o Antinomianismo não pode ser chamado de uma tentativa racionalista de harmonizar a soberania divina e a responsabilidade humana. E o que quer que deva ser pensado da tentativa do Dr. Clark de solucionar esse problema, ela não pode ser chamada de antinomiana.

Além disso, a acusação de que o Dr. Clark faz violência ou nega a responsabilidade do homem por causa de sua ênfase unilateral na soberania de Deus é uma conclusão que os reclamantes traçaram a partir de algumas de suas declarações. O próprio Dr. Clark nunca admitiu a verdade da conclusão. Ele nunca negou a responsabilidade do homem, nem ele jamais apresentou Deus como o autor real dos atos humanos, embora insistisse que ele os determina. Ele mantém somente que “o determinismo é consistente com a responsabilidade”, uma declaração que por si só prova que ele não elimina a responsabilidade do homem em sua tentativa de harmonizá-la com a soberania de Deus. É sempre perigoso traçar conclusões a partir das declarações de alguém para então atribuir as conclusões ao autor das declarações. Não esqueçamos que os inimigos da verdade traçaram conclusões a partir da doutrina de Paulo, acusando-lhe de Antinomianismo (Romanos 3:8; 6:1), fazendo de Deus o autor do pecado e negando a responsabilidade do homem (Romanos 9:19).

Parece-me que essa parte da *Reclamação* falha completamente em provar o seu ponto.

9. A Oferta Sincera do Evangelho

O último ponto da *Reclamação* diz respeito à assim chamada oferta sincera de salvação da parte de Deus para todos os homens, particularmente aos réprobos.

Aqui a *Reclamação* desce da estratosfera da queixa filosófica e do debate teológico para as esferas mais baixas da clara e até mesmo superficial argumentação, onde até mesmo os mortais que podiam estar presentes na examinação do Dr. Clark, e no subsequente debate sobre as questões envolvidas, devem ter sentido que eles eram capazes de participar na discussão.

Aqui, também, a *Reclamação* revela, mais claramente do que em qualquer outro lugar, sua tendência distintivamente Cristã Reformada, particularmente sua simpatia com os três decretos bem conhecidos do Sínodo de Kalamazoo, de 1924.

Porque é especialmente nesse ponto que a controvérsia do Presbitério da Filadélfia, que, como agora parece, continuaria na Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana Ortodoxa, é idêntica à nossa controvérsia com a Igreja Reformada Cristã em 1924, seria supérfluo refrescar nossa memória com esse respeito, de forma que tentaremos analisar os argumentos da *Reclamação* de certa forma em detalhe.

Se o ponto de vista do Dr. Clark com respeito ao paradoxo da soberania de Deus e a responsabilidade do homem foi descrito como mais do que impressionante, sua visão a respeito da “oferta sincera” é caracterizada como “excessivamente estranha” (13). Os reclamantes colocaram da seguinte forma:

No curso da examinação do Dr. Clark pelo Presbitério, tornou-se abundantemente claro que o seu racionalismo o impede de fazer justiça ao ensino precioso da Escritura de que no evangelho Deus sinceramente oferece salvação em Cristo a todos os que ouvem, réprobos bem como eleitos, e que ele não tem prazer em que alguém rejeite essa oferta, mas, pelo contrário, deseja que todos a aceitem e sejam salvos [13].

Tentemos definir a diferença entre os reclamantes e o Dr. Clark tão rigorosamente como podemos.

A diferença não é que os reclamantes insistem que o Evangelho deve ser pregado a todos os homens promiscuamente, enquanto o Dr. Clark reivindica que ele deve ser pregado somente aos eleitos. Isso seria totalmente impossível, visto que nenhum pregador é capaz de assinalar o eleito e separá-lo do réprobo nesse mundo. Eles estão de acordo que o Evangelho deve ser pregado a todos.

Nem a diferença é que os reclamantes neguem abertamente a doutrina da reprobção, enquanto o Dr. Clark professa crer nessa verdade. Lemos na *Reclamação*: “Ele crê — assim como todos nós — na doutrina da reprobção” (13).

Novamente, a diferença não consiste em que os reclamantes caracterizam o Evangelho como uma “oferta” de Cristo ou como salvação, enquanto o Dr. Clark objeta a esse termo. Se o termo “oferta” é entendido no sentido no qual ele ocorre nas confissões, e no qual Calvino também o usou (*offere*, de *obfero*, significando apresentar), não pode haver nenhuma objeção ao termo, embora, para evitar mau entendimento, seria melhor empregar as palavras *apresentar* e *apresentação*.

Novamente, embora o Dr. Clark se oponha ao uso da palavra “sincera” no sentido no qual os reclamantes usam o termo, com medo de deixar a impressão de que ele prega Arminianismo, nem mesmo isso toca o ponto real da diferença entre eles. Que Deus é sincero na pregação do Evangelho ninguém ousaria negar. Como os reclamantes corretamente perguntam: “Não seria blasfêmia negar isso?” (13)

Mas a diferença entre eles diz respeito *ao conteúdo* do Evangelho que deve ser pregado promiscuamente a todos os homens. Realmente não é uma pergunta *a quem* ele deve pregar, ou *como* ele deve pregar, mas *o que* ele deve pregar.

De acordo com os reclamantes, o pregador é chamado a proclamar a todos os seus ouvintes *que Deus busca sinceramente a salvação de todos eles*. Se isso não é o significado deles quando escrevem — “no evangelho Deus sinceramente oferece a salvação a todos os que ouvem, tanto réprobos como eleitos” — então suas palavras não têm significado algum.

De acordo com o Dr. Clark, contudo, o pregador proclama a todos os seus ouvintes promiscuamente *que Deus busca sinceramente a salvação de todos os eleitos*. O eleito pode ser chamado de forma variada na pregação: aqueles que se arrependem, aqueles que crêem em Cristo, aqueles que têm fome pelo pão da vida, aqueles que têm sede pela água da vida, aqueles que buscam, batem, pedem, que vem à Cristo, etc. etc. Mas eles são sempre os eleitos.

Podemos definir o assunto ainda mais rigidamente, e limitá-lo à intenção e atitude de Deus na pregação do Evangelho *com respeito aos réprobos*.

Pois é mais especialmente sobre os réprobos e a salvação deles que os reclamantes estão preocupados. Estranho como possa parecer, paradoxal como possa soar, eles queriam deixar um lugar na pregação para a salvação dos réprobos. Em favor da clareza, portanto, podemos deixar os eleitos de fora da nossa discussão. Que Deus busca sinceramente a salvação deles não é uma questão de controvérsia. Trazê-los para dentro da discussão da questão simplesmente confunde as coisas. A questão realmente envolvida é a atitude de Deus com respeito aos réprobos. Podemos limitar a controvérsia à pergunta: O que o pregador do Evangelho diz sobre a intenção de Deus com respeito aos réprobos? E esses, também, podemos ser chamados por diferentes nomes, tais como os impenitentes, os ímpios, os incrédulos, etc.

A resposta à essa pergunta define a diferença entre o Dr. Clark e os reclamantes de uma maneira rígida e precisa.

Os reclamantes respondem: O pregador deve dizer que Deus busca sinceramente a salvação dos réprobos através da pregação do Evangelho.

O Dr. Clark responde: Que isso não é verdade; o pregador nunca pode dizer isso em nome de Deus. E, à luz da Escritura, ele deveria dizer: Deus busca sua própria glória e justificação ao preparar os réprobos para a justa condenação deles, mesmo através da pregação do Evangelho.

Que, ao formular a diferença dessa forma, eu não estou fazendo injustiça aos reclamantes é muito claro a partir das próprias palavras deles. Eles dizem que na pregação do Evangelho Deus oferece sinceramente salvação em Cristo aos réprobos, que ele não tem prazer na rejeição deles da oferta, que ele deseja que eles, os réprobos, aceitem o Evangelho, e sejam salvos. Além disso, é nesse sentido que eles interpretam *Ezequiel 33:11*: Deus não tem prazer na morte do réprobo, mas deseja que eles vivam; e *2 Pedro 3:9*: Deus não quer que o réprobo pereça, mas que todos eles cheguem ao arrependimento; e *Mateus 23:37*: Cristo desejava reunir os réprobos debaixo de suas asas; e *1 Timóteo 2:3,4*: Deus nosso Salvador deseja que todos os réprobos sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade (13, 14). E é com a doutrina da salvação universal em mente que eles escrevem: “A suprema importância

para o evangelismo de manter a doutrina reformada do Evangelho como uma oferta universal e sincera é auto-evidente” (14).

Agora, você poderia objetar, como também o Dr. Clark o fez, que isso envolve uma contradição direta: Deus busca sinceramente a salvação daqueles a quem ele desde a eternidade determinou não salvar. Ou: Deus deseja que aquele pecador a quem ele não vivifica viva. Ou: Deus quer que o pecador, a quem ele não dá fé, aceite o evangelho. Ou: Deus quer que o pecador a quem ele não traz a Cristo, e que não pode vir, venha a Cristo.

Você poderia objetar que isso não é racional.

Mas essa objeção não seria de nenhuma valia para persuadir os reclamantes do erro deles. Eles admitem que isso é irracional. Mas eles não querem ser racionais nesse ponto. De fato, se você insistisse em ser racional nesse aspecto, eles lhe chamariam de “racionalista”, e avançariam imediatamente para buscar a sua expulsão da igreja como um herege perigoso. Toda a *Reclamação* contra o Dr. Clark está realmente concentrada e baseada nesse seu alegado erro: Ele reivindica que a Palavra de Deus e a fé cristã não são irracionais. De acordo com os reclamantes, ser racional é ser um racionalista. Eles escrevem que o problema com o Dr. Clark é que

seu racionalismo não permite que as duas permaneçam não-reconciliadas lado a lado. Ao invés disso, ele modifica o evangelho no interesse da reprovação. [Isso, entenda, é uma observação caluniosa. – H.H.] Expresso de outra forma, ele comete o mesmo erro que o arminiano, embora ele se mova na direção oposta. O arminiano não pode harmonizar a reprovação divina com a oferta divina sincera de salvação a todos os que ouvem, portanto, ele rejeita a primeira. Nem o Dr. Clark pode harmonizar as duas, e assim, ele rejeita a última. O racionalismo é o responsável por ambos os erros [13].

Acusar os reclamantes de irracionalismo é, portanto, de nenhuma valia quanto a eles. Eles admitem abertamente — eles até mesmo se orgulham disso — a posição irracional deles. Ser irracional é, segundo eles, a glória de uma fé humilde e cristã.

Teremos que provar para eles, então, que na reivindicação deles de que Deus busca sinceramente a salvação dos réprobos na pregação do Evangelho, eles não somente se contradizem, mas contradizem diretamente a Escritura.

E isso esperamos fazer, não porque o Dr. Clark precisa da nossa defesa, mas porque estamos interessados na verdade Reformada pura, e não podemos permitir que ela seja camuflada e corrompida por alguns irracionais assumidos.

Mas antes de continuarmos, devemos provar duas coisas: 1. Que a posição dos reclamantes não é irracional como eles reivindicam, mas envolve um conceito arminiano de reprovação. 2. Que a argumentação deles sobre esse ponto na *Reclamação* é muito superficial, e caracterizada por muitos erros.

Nessa edição, teremos espaço para elucidar apenas o ponto 1.

No final, mesmo que os próprios reclamantes insistam em ser irracionais, teremos que tratá-los de acordo com as regras da lógica. Se eles recusam serem tratados racionalmente,

eles realmente perderam o direito de apresentar uma reclamação a qualquer assembléia de cristãos normais. E tratando-os como seres humanos racionais, devemos insistir que não aceitamos e não podemos aceitar a proposição: Deus busca sinceramente a salvação daqueles a quem ele soberanamente, desde a eternidade, determinou condenar.

Em outras palavras: eu sei que eles reivindicam crer nisso, mas eu nego a reivindicação deles; eu não a aceito.

Por conseguinte, devo tentar racionalizar a posição deles para eles. Como pode algum homem, com um pouco de racionalidade, insistir que Deus busca sinceramente a salvação dos réprobos? Somente quando eles definem *reprovação* como aquele ato eterno de Deus segundo o qual ele determinou condenar todos aqueles que ele eternamente previu como rejeitando o Evangelho.

15. Um Evangelho Arminiano

Se eu devesse me referir a todas as passagens da Sagrada Escritura que provam que os querelantes contradizem a Escritura, quando eles insistem que Deus busca sinceramente a salvação do réprobo através da pregação do Evangelho, essa discussão se tornaria praticamente interminável. E eu pretendo concluí-la nesse artigo. Por conseguinte, farei apenas umas poucas seleções, para que possa se tornar abundantemente evidente que minha posição não é baseada na razão humana, mas na revelação de Deus nas Escrituras Sagradas. Nos ocupemos de Mateus 11:25-27, o contexto da bem conhecida passagem: “Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei”. Nós lemos ali:

Por aquele tempo, exclamou Jesus: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e instruídos e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado. Tudo me foi entregue por meu Pai. Ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar.

Observemos brevemente, em conexão com essa passagem, os seguintes pontos de importância:

1. Que Jesus aqui *respondeu*. Respondeu a quem? Evidentemente, ao Pai. Mas ao que suas palavras e ações de graça aqui contém uma resposta? Para algo que o Pai fez, e que, também, através da pregação e labores do nosso Salvador. Isso é evidente a partir do contexto. Enquanto o Senhor pregou o Evangelho do reino e realizou suas obras poderosas, um efeito duplo se tornou evidente.

Havia os poderosos, que sempre tomavam o reino de Deus por força, quer fosse João ou Jesus quem pregasse seu Evangelho; e havia os miseráveis homens daquela geração, a quem Jesus compara com as crianças nas praças, chamando seus companheiros: “Tocamo-vos flauta, e não dançastes; cantamos lamentações, e não pranteastes”. Eles nunca tinham entrado no reino dos Céus. João pregou, mas eles disseram que ele tinha um demônio, pois ele veio sem comer e sem beber; Jesus veio comendo e bebendo, e eles o chamaram de glutão e bebedor. Tocariam para João, e ele não dançaria; por conseguinte, eles não têm nada do seu Evangelho. Diante de Jesus eles lamentariam, e ele não lamentaria; e, portanto, eles rejeitaram o seu Evangelho. E em conexão com esse último efeito de sua pregação, o Senhor repreendeu

idades “onde se operara a maior parte dos seus milagres, pois elas não tinham se arrependido” (20). Um efeito duplo, portanto, se tornaria manifesto sob a mesma pregação.

2. Que Jesus atribui esse efeito duplo à obra do Pai. Ele é o Senhor dos Céus e da Terra, soberano também com respeito à obra da salvação. A pregação do Evangelho se torna eficaz somente através do seu poder e operação. E essa operação é dupla: Ele oculta as coisas do reino de Deus, e as revela.

3. Que tudo isso está em total harmonia com a verdade de que ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e que ninguém pode conhecer o Pai, senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar.

4. Que a razão e causa última dessa operação do Pai, de acordo com a qual, mesmo sob a pregação do Evangelho, ele oculta e revela, é o bom prazer de Deus: “Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado”.

Agora, que os reclamantes deixem claro que eles não estão contradizendo plenamente essas palavras de Jesus quando eles insistem que Deus busca sinceramente a salvação dos réprobos através da pregação do Evangelho.

Eu posso, adicionalmente, apenas lembra os reclamantes da passagem em *Romanos* 9:1-18? E que seja suficiente apontar a linha principal do argumento do apóstolo. Ele explica o fato de que muitos israelitas não obtiveram a salvação, enquanto o remanescente obteve, a partir do propósito soberano de Deus com respeito à eleição e reprovção. A Palavra de Deus não é de nenhum efeito, mesmo que muitos israelitas não sejam salvos, pois somente os filhos das promessas são contados como semente. E há o eleito em distinção do réprobo, Jacó em distinção de Esaú. Até mesmo na relação de Israel como uma nação, Deus permanece soberano para salvar quem ele quer: “Terei misericórdia de quem me aprover ter misericórdia, e terei compaixão de quem me aprover ter compaixão” (15). E, após se referir aos tratamentos soberanos de Deus com Faraó, ele conclui essa seção com as palavras: “Portanto, tem misericórdia de quem quer, e a quem quer endurece”.

Eu gostaria muito que os reclamantes explicassem essa passagem de uma tal forma que se tornasse claro que eles não contradizem abertamente a Escritura quando eles sustentam que Deus busca sinceramente a salvação dos réprobos.

Mais uma passagem, *2 Coríntios* 2:14-16:

Graças, porém, a Deus, que, em Cristo, sempre nos conduz em triunfo e, por meio de nós, manifesta em todo lugar a fragrância do seu conhecimento. Porque nós somos para com Deus o bom perfume de Cristo, tanto nos que são salvos como nos que se perdem. Para com estes, cheiro de morte para morte; para com aqueles, aroma de vida para vida. Quem, porém, é suficiente para estas coisas?

O ponto aqui é: 1. Que os apóstolos, em sua pregação do Evangelho, são tanto sabor de morte para morte como sabor de vida para vida. E 2. Que em ambos os casos eles são o bom perfume de Cristo para Deus. E o pregador do Evangelho que não está disposto a ser um bom perfume para Deus naqueles que estão sendo salvos e naqueles que perecem, simplesmente não podem ser um ministro da Palavra de Deus.

O que se torna a alegação dos reclamantes de que Deus busca sinceramente a salvação de todos os homens, os réprobos incluídos, através da pregação do Evangelho?

E o que pensar da declaração final deles: “A suprema importância para o evangelismo de manter a doutrina reformada do Evangelho como uma oferta universal e sincera é auto-evidente”?

Eles, nessa declaração, não revelam a real intenção deles? Eles primeiro reivindicam que a doutrina Reformada do Evangelho honra o paradoxo, a contradição: Deus deseja salvar todos os homens; ele deseja salvar somente os eleitos. Não deveriam eles, portanto, pregar esse paradoxo, se eles não de proclamar o pleno Evangelho, de acordo com a própria alegação deles? Não deveriam eles fazer justiça a esse Evangelho, e não ocultar nada dele, quer na obra “evangelística”, que no ministério da Palavra na Igreja?

Mas não; aqui eles tacitamente admitem que, para propósitos evangelísticos, o Evangelho paradoxal não é apropriado. E assim, eles propõem esquecer um lado desse paradoxo, e apresentar o Evangelho somente como uma “oferta universal e sincera de salvação”. E isso significa que eles pretendem se limitar à proclamação de que Deus busca sinceramente a salvação de todos os homens.

Na prática, eles pretendem pregar um evangelho arminiano.

Traduzido por: Felipe Sabino de Araújo Neto – felipe@monergismo.com
Cuiabá-MT, 11 de novembro de 2005.